

Camargo Corrêa Infraestrutura S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2014 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Camargo Corrêa Infraestrutura S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Camargo Corrêa Infraestrutura S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Camargo Corrêa Infraestrutura S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Alteração da data de encerramento do exercício social

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, em função das alterações da data de encerramento do exercício social, as demonstrações financeiras da Companhia contemplam dez meses no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e doze meses de operações para o exercício findo em 28 de fevereiro de 2014. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.

São Paulo, 24 de março de 2015



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

CAMARGO CORRÊA INFRAESTRUTURA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>28.02.2014</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>28.02.2014</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	73.766	18.525	Fornecedores		8.042	5.264
Títulos e valores mobiliários	4	26.592	6.163	Empréstimos e financiamentos	9	18	1.027
Contas a receber de clientes	5	5.461	10.044	Partes relacionadas	6	881	1.604
Partes relacionadas	6	195	3	Salários, férias e encargos a pagar		740	471
Estoques		85	-	Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.330	-
Bens destinados a venda	7	4.852	-	Impostos a recolher		1.746	909
Outros créditos		<u>1.103</u>	<u>889</u>	Adiantamento de clientes	6	46.294	-
Total do ativo circulante		<u>112.054</u>	<u>35.624</u>	Outras obrigações		<u>1.442</u>	<u>-</u>
				Total do passivo circulante		<u>60.493</u>	<u>9.275</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Outros créditos		418	50	Empréstimos e financiamentos	9	<u>39</u>	<u>128</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	9.007	605	Total do passivo não circulante		<u>39</u>	<u>128</u>
Imobilizado	8	5.452	10.791				
Intangível		<u>4</u>	<u>6</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS CAPITALIZÁVEIS			
Total do ativo não circulante		<u>14.881</u>	<u>11.452</u>	Capital social	11	67.480	67.480
				Prejuízos acumulados		<u>(11.077)</u>	<u>(29.851)</u>
				Total do patrimônio líquido		56.403	37.629
				Adiantamento para futuro aumento de capital	11	<u>10.000</u>	<u>44</u>
				Total do patrimônio líquido e dos recursos capitalizáveis		66.403	37.673
TOTAL DO ATIVO		<u>126.935</u>	<u>47.076</u>	TOTAL DO PASSIVO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS CAPITALIZÁVEIS		<u>126.935</u>	<u>47.076</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAMARGO CORRÊA INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31.12.2014</u> (10 meses)	<u>28.02.2014</u> (12 meses)
RECEITA DE SERVIÇOS	12	51.086	12.153
Custos dos serviços prestados	13	(42.478)	(11.051)
LUCRO BRUTO		<u>8.608</u>	<u>1.102</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	13	(1.025)	(949)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13	(102)	304
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>7.481</u>	<u>457</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	14	6.403	2.137
Despesas financeiras	14	<u>(81)</u>	<u>(184)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		13.803	2.410
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	10	(3.431)	(642)
Diferidos	10	8.402	605
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>18.774</u>	<u>2.373</u>
Lucro por ação (em reais)	11	<u>1,76</u>	<u>0,22</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAMARGO CORRÊA INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	<u>31.12.2014</u> (10 meses)	<u>28.02.2014</u> (12 meses)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	18.774	2.373
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>18.774</u>	<u>2.373</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAMARGO CORRÊA INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
SALDOS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2013		67.480	(32.224)	35.256	-	35.256
Lucro líquido do exercício (12 meses)		-	2.373	2.373	-	2.373
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	-	-	44	44
SALDOS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2014		<u>67.480</u>	<u>(29.851)</u>	<u>37.629</u>	<u>44</u>	<u>37.673</u>
Lucro líquido do exercício (10 meses)		-	18.774	18.774	-	18.774
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	-	-	(44)	(44)
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	-	-	10.000	10.000
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		<u>67.480</u>	<u>(11.077)</u>	<u>56.403</u>	<u>10.000</u>	<u>66.403</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAMARGO CORRÊA INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	<u>31.12.2014</u> (10 meses)	<u>28.02.2014</u> (12 meses)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.803	2.410
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	680	713
Juros e encargos provisionados	74	177
Juros sobre títulos e valores mobiliários	(6.383)	(2.108)
Baixa de ativo imobilizado	653	10
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	4.583	(10.044)
Estoques	(85)	-
Partes relacionadas	(192)	351
Outros créditos	(582)	606
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	2.778	5.264
Salários, férias e encargos a pagar	269	(1.082)
Impostos a recolher	837	908
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(1.330)	-
Adiantamento de clientes	46.294	-
Outras obrigações	1.442	(4)
Partes relacionadas	(723)	1.260
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações antes dos impostos e juros pagos	62.118	(1.539)
Juros de financiamentos e empréstimos pagos	(4)	(44)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(771)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>61.343</u>	<u>(1.583)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e valores mobiliários	(14.046)	4.084
Aquisição de ativo imobilizado	(844)	(445)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>(14.890)</u>	<u>3.639</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.956	44
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.168)	(1.087)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>8.788</u>	<u>(1.043)</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>55.241</u>	<u>1.013</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	<u>18.525</u>	<u>17.512</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	<u><u>73.766</u></u>	<u><u>18.525</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAMARGO CORRÊA INFRAESTRUTURA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Camargo Corrêa Infraestrutura S.A. (“Companhia”) foi constituída em 3 de setembro de 2009, tendo por objetivos principais: (i) exploração dos serviços de planejamento e a execução de projetos e obras de construção pesada, construção e engenharia civil, inclusive de terraplenagem, sob regime de empreitada, administração e outros; (ii) serviços públicos mediante concessão; (iii) serviços de transporte e de apoio aquaviário; (iv) serviço de operação portuária; (v) instalações técnicas de engenharia civil; (vi) montagens industriais, consultoria, planejamento, assessoria e estudos técnicos; (vii) representação; (viii) importação e exportação; (ix) locação, compra e venda de equipamentos e transporte; (x) a exploração da indústria naval, visando elaboração de projetos, construção, reparos, manutenção e modernização de embarcações, incluindo plataformas marítimas para prospecção, produção e armazenagem de petróleo e gás; e (xi) demais atividades relacionadas aos objetivos mencionados anteriormente.

O exercício social da Companhia se encerrava no dia 28 de fevereiro. Em 30 de junho de 2014, a data de encerramento do exercício social foi alterada para 31 de dezembro de cada ano. Consequentemente, o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 contempla dez meses de operação. A alteração teve como objetivo manter a uniformidade com o exercício da Controladora.

Atualmente, os negócios da Companhia consistem basicamente em duas obras na área de infraestrutura: Terminal Rodoviário Urbano de Itaquera, através da participação no Consórcio Camargo Corrêa/Constran - Programa de Mobilidade Urbana, e o contrato de engenharia, suprimento e construção do Sistema Produtor São Lourenço, através da participação no Consórcio Construtor São Lourenço.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas foram as seguintes:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa consistem em aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações em fundo de renda fixa, fundos exclusivos e debêntures, sendo classificados em: (a) mantidos para negociação ou (b) empréstimos e recebíveis. Os títulos classificados como mantidos para negociação são avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado, e os empréstimos e recebíveis estão mensurados pelo custo amortizado.

3.2. Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos, ajustadas a valor presente, quando aplicável.

3.3. Estoques

São compostos por materiais destinados à aplicação nas obras em andamento, e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização.

3.4. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. As depreciações são reconhecidas com base na vida útil de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. Os ativos com base na vida útil linear possuem as seguintes taxas anuais: veículos, equipamentos de informática e outros - 10% a 20%; móveis e utensílios - 10%. A vida útil dos ativos imobilizados é avaliada anualmente. A Companhia deprecia máquinas e equipamentos com base nas horas efetivamente utilizadas. Tal procedimento reflete o padrão de aproveitamento dos benefícios econômicos esperados.

3.5. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado do exercício.

A classificação dos ativos é determinada no reconhecimento inicial, sendo classificados como “ativos financeiros por meio do resultado”, demonstrados ao valor justo tendo qualquer ganho ou perda reconhecidos no resultado, e “empréstimos e recebíveis”.

Os passivos financeiros são classificados como “Outros passivos financeiros”, mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

3.6. Contratos de prestação de serviço de construção e contratos onerosos

A receita de prestação de serviço é apurada e reconhecida em virtude da evolução de cada obra. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. A receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos.

Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que determinem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro.

Quando o resultado de um contrato de prestação de serviço de construção não pode ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável.

Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato (caracterizando um contrato oneroso) a perda referente ao excedente entre a receita contratada e o custo total estimado é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica “Custo dos serviços prestados” e passivo registrado na rubrica de “Fornecedores”.

Os valores recebidos antes da realização do correspondente serviço registrados no balanço patrimonial como passivo, na rubrica “Adiantamentos de clientes”.

Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no serviço executado por obra, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica “Contas a receber de clientes”

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram perda por redução de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de identificar a necessidade de provisão para perda. Quando não é possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

3.8.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

3.8.2. Impostos diferidos

São reconhecidos sobre os saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais no final de cada exercício.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se estima recuperar.

Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, prevista na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

3.9. Lucro básico/diluído por ação

Calculado através da divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade média de ações em circulação durante cada exercício social das demonstrações financeiras.

3.10. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: vida útil do ativo imobilizado, custo orçado das obras e projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. O impacto de tais revisões é reconhecido no exercício em que são efetuadas.

3.11. Consórcios

De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto as participações em consórcios são classificadas como operação em conjunto e conseqüentemente têm seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do Consórcio Construtor São Lourenço e Consórcio Camargo Corrêa / Constran - Programa de Mobilidade Urbana, na proporção do percentual de participação de 13% e 70%, respectivamente.

3.12. Novas e revisadas normas e interpretações (IFRS)

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2014 pelo International Accounting Standards Board - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com cliente.	(c)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de hedge	(d)

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
Nova interpretação - IFRIC 21 - Tributos	Aborda sobre quando reconhecer uma obrigação relativa aos tributos	(a)
Alterações à IAS 32 - Instrumentos financeiros compensação de ativos e passivos financeiros	Esclarece as exigências relacionadas à compensação de ativos e passivos financeiros.	(a)
Alterações à IAS 36 - Divulgações do valor recuperável de ativos não financeiros	Excluem a exigência de divulgação do valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), para a qual o ágio ou outros ativos intangíveis, com vidas úteis indefinidas, foram alocados, quando não houver redução ao valor recuperável ou reversão da redução ao valor recuperável da correspondente UGC.	(a)

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
Alterações à IAS 39 - Instrumentos financeiros: novação de derivativos e continuação da contabilização do “hedge”	Trazem a inserção da exigência de descontinuidade da contabilização de hedge quando um derivativo, designado como instrumento de hedge, é novado sob determinadas circunstâncias.	(a)
(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014;		
(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;		
(c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;		
(d) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.		

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		<u>Títulos e valores mobiliários</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>28.02.2014</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>28.02.2014</u>
Caixa e bancos	6.405	459	-	-
Operações compromissadas	351	-	-	-
Fundos exclusivos	<u>67.010</u>	<u>18.066</u>	<u>26.592</u>	<u>6.163</u>
Total	<u>73.766</u>	<u>18.525</u>	<u>26.592</u>	<u>6.163</u>

Em 31 de dezembro de 2014, as operações compromissadas e os fundos exclusivos, compostos substancialmente por aplicações em Fundos de Renda Fixa, Letras do Tesouro Nacional e Letras Financeiras do Tesouro, apresentam rentabilidade média entre 100% e 112,7% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Composição das contas a receber:

	<u>31.12.2014</u>	<u>28.02.2014</u>
Prestação de serviços nacional - partes relacionadas	5.461	10.044

Composição por vencimento das contas a receber no ativo circulante:

Vencidos 1 a 30 dias	5.461	10.044
----------------------	-------	--------

Em 31 de dezembro de 2014, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois não há indicativos de que os valores não serão realizados.

6. PARTES RELACIONADAS

	Ativo circulante		Passivo circulante	
	<u>31.12.2014</u>	<u>28.02.2014</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>28.02.2014</u>
Reembolso de custos	195	3	-	-
Contas a pagar	-	-	881	1.604
			Despesa	
			<u>31.12.2014</u>	<u>28.02.2014</u>
Serviços administrativos			(148)	(128)

As transações com partes relacionadas foram feitas com base em condições negociadas entre as partes.

A Companhia possui também saldo de contas a receber de R\$4.260 e adiantamento de clientes de R\$46.294 com partes relacionadas referente ao contrato de prestação de serviço de construção da obra do Consórcio Construtor São Lourenço. Em 2014, foi contabilizada receita líquida de R\$19.121 decorrente desse consórcio.

Não houve remuneração aos administradores nos exercícios de 31.12.2014 e 28.02.2014.

7. BENS DESTINADOS A VENDA

Representam saldos de máquinas e equipamentos disponibilizados para alienação em 31 de dezembro de 2014. São classificados no ativo circulante pois reflete a melhor expectativa de venda por parte da Administração.

8. IMOBILIZADO

	31.12.2014		28.02.2014	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Custo residual</u>	<u>Custo residual</u>
Máquinas e equipamentos	14.941	(11.816)	3.125	8.039
Veículos	10.394	(8.177)	2.217	2.723
Móveis e utensílios	53	(2)	51	-
Equipamentos de informática e outros	78	(23)	55	11
Imobilizado em andamento	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>18</u>
Total	<u>25.470</u>	<u>(20.018)</u>	<u>5.452</u>	<u>10.791</u>

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

Saldo em 28 de fevereiro de 2013	11.067
Adições	445
Baixas	(10)
Depreciação	<u>(711)</u>
Saldo em 28 de fevereiro de 2014	10.791
Adições	844
Baixas	(653)
Depreciação	(678)
Transferência para “bens destinados a venda”	<u>(4.852)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>5.452</u>

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a FINAME PSI (Programa Sustentação do Investimento), com vencimento final em 2018, com encargos de 7% a.a.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos classificados como “Finame” estão garantidos por alienações fiduciárias dos equipamentos.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social apresentado no resultado do exercício:

	<u>31.12.2014</u> (10 meses)	<u>28.02.2014</u> (12 meses)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.803	2.410
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas nominais	(4.693)	(820)
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:		
Adições permanentes	(161)	(11)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	1.524	275
Constituição de imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa de exercícios anteriores	8.177	-
Outros	<u>124</u>	<u>519</u>
	<u>4.971</u>	<u>(37)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social - correntes	(3.431)	(642)
Receitas com imposto de renda e contribuição social - diferidos	8.402	605

- b) O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentado no balanço patrimonial são compostos como segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>28.02.2014</u>
Natureza ativa:		
Provisões para serviços de terceiros	869	1.031
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (*)	8.177	-
Diferença de vida útil do imobilizado	<u>16</u>	<u>-</u>
	<u>9.062</u>	<u>1.031</u>
Natureza passiva:		
Lucros não realizados - órgãos públicos	55	394
Diferença de vida útil do imobilizado	<u>-</u>	<u>32</u>
	55	426
Saldo líquido no ativo não circulante	<u>9.007</u>	<u>605</u>

(*) A Administração possui expectativa de realização dos créditos tributários em prazo inferior a 5 anos, com base na expectativa de geração de lucros.

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que revogou o Regime Tributário de Transição - RTT e dispôs sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil quanto aos lucros auferidos no exterior, além de outras alterações na legislação tributária. Os dispositivos dessa Lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014. A Companhia não optou pela antecipação dos efeitos da Lei para o ano calendário de 2014, devido à necessidade de adequação de lançamentos aos novos critérios estabelecidos pela referida Lei, os quais dependiam de publicação pela Receita Federal do Brasil de atos normativos e regulatórios sobre a matéria. No melhor entendimento da Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, não são esperados impactos materiais quando da aplicação da referida Lei.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2014 e 28 de fevereiro de 2014 é de R\$67.480, representado por 10.679.627 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 30 de abril de 2013 foi aprovado pelos acionistas o adiantamento para futuro aumento de capital de R\$44.

Em 30 de maio de 2014 foi devolvido o adiantamento para futuro aumento de capital de R\$44.

Em 18 de dezembro de 2014, foi aprovado pelos acionistas o adiantamento para futuro aumento de capital de R\$10.000.

Lucro por ação

A seguir está demonstrada a reconciliação do lucro líquido com os valores utilizados para calcular o lucro básico por ação:

	<u>31.12.2014</u> (10 meses)	<u>28.02.2014</u> (12 meses)
Numerador		
Alocação do lucro líquido do exercício para os acionistas	18.774	2.373
Denominador		
Média ponderada de ações	<u>10.679.627</u>	<u>10.679.627</u>
Lucro básico por ação (em reais)	<u>1,76</u>	<u>0,22</u>

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas que poderiam diluir os resultados por ação.

12. RECEITAS

A seguir está demonstrada a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações do resultado do exercício:

	<u>31.12.2014</u> (10 meses)	<u>28.02.2014</u> (12 meses)
Receita bruta:		
Prestação de serviços - nacionais	56.854	13.542
Deduções das receitas:		
PIS e Cofins	(2.075)	(495)
ISS	(2.556)	(677)
Contribuição previdenciária (*)	<u>(1.137)</u>	<u>(217)</u>
	<u>(5.768)</u>	<u>(1.389)</u>
Total	<u>51.086</u>	<u>12.153</u>

(*) A partir de 1º de janeiro de 2014, a Companhia passou a apurar a cota patronal relativa à contribuição previdenciária (INSS) de 20%, pela tributação de 2% sobre a receita bruta. A nova contribuição é denominada Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).

13. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>31.12.2014</u> (10 meses)	<u>28.02.2014</u> (12 meses)
Serviços de terceiros	(22.765)	(4.106)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(9.399)	(2.060)
Salários e benefícios a empregados	(8.076)	(1.313)
Depreciação e amortização	(680)	(713)
Despesas com aluguéis e condomínio	(1.497)	(163)
Despesas com viagens	(368)	(69)
Outras despesas	<u>(820)</u>	<u>(3.272)</u>
Total	<u>(43.605)</u>	<u>(11.696)</u>
Custo dos serviços prestados	(42.478)	(11.051)
Despesas gerais e administrativas	(1.025)	(949)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(102)	304

14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31.12.2014</u> (10 meses)	<u>28.02.2014</u> (12 meses)
Receitas financeiras:		
Rendimento financeiro	6.383	2.109
Outras	<u>20</u>	<u>28</u>
	6.403	2.137
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(73)	(179)
Outras	<u>(8)</u>	<u>(5)</u>
	(81)	(184)
Resultado financeiro, líquido	<u>6.322</u>	<u>1.953</u>

15. SEGUROS

A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, obras de construção civil, instalação e montagem, responsabilidade civil, danos materiais, entre outros. A cobertura em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

	<u>31.12.2014</u>
Danos materiais	16.502
Risco de engenharia	270.852
Responsabilidade civil	38.900

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia possui plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a contribuição foi de R\$11 (R\$7 no exercício findo em 28 de fevereiro de 2014).

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1. Gestão de risco de capital

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades.

	<u>Categoria dos instrumentos financeiros</u>	<u>31.12.2014</u> (10 meses)	<u>28.02.2014</u> (12 meses)
<u>Ativos financeiros</u>			
Caixas e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	73.766	18.525
Títulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	26.592	6.163
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	5.461	10.044
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	195	3
<u>Passivos financeiros</u>			
Custo amortizado:			
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	57	1.155
Fornecedores	Outros passivos financeiros	5.485	2.231
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	881	1.604

17.2. Exposição a riscos de taxas de juros

As taxas de juros flutuantes nas aplicações financeiras são na sua maioria vinculadas à variação do CDI e SELIC. Estas posições estão demonstradas a seguir:

	<u>31.12.2014</u> (10 meses)	<u>28.02.2014</u> (12 meses)
<u>Ativo:</u>		
CDI	68.458	16.901
SELIC	7.767	4.372
<u>Passivo:</u>		
CDI	-	1.083

17.3. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, aportes de acionistas e empréstimos e financiamentos de instituições financeiras. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais, bem como o pagamento das dívidas.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros e compromissos da Companhia, por faixas de vencimento:

	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>Total</u>
<u>Passivo</u>					
Fornecedores	8.042	-	-	-	8.042
Empréstimos e financiamentos	18	18	18	3	57

17.4. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, das variações de ativos e passivos expostos a variações do CDI é conforme segue:

<u>Operação</u>	<u>Cenário 1</u>	<u>Cenário 2</u>	<u>Cenário 3</u>
Exposição a índices variáveis			
Títulos e valores mobiliários CDI/SELIC -			
Receita financeiras estimadas	9.875	7.406	4.937

O cenário 1 é considerado pela Administração como que melhor reflete suas expectativas, sendo este calculado com base em projeções disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das operações acima, tendo em conta até 12 meses de vencimento. Devido à posição da Companhia, o cenário 2 considera uma desvalorização dos índices em relação ao cenário 1 de 25% e o cenário 3 uma desvalorização de 50%.

18. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 24 de março de 2015, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.